



AS RELAÇÕES DO BRASIL COM A VENEZUELA: DA DESCONFIANÇA À ALIANÇA ESTRATÉGICA

Edmundo González Urrutia

Working Paper nº 15, Julho de 2011



As relações do Brasil com a Venezuela: da desconfiança à aliança estratégica

Edmundo González Urrutia

I. O Brasil a partir da perspectiva venezuelana

1. Da “Doutrina Betancourt” ao pluralismo ideológico de Caldera

Por muitos anos, o Brasil foi, para a Venezuela um “vizinho ausente”. A imensa barreira física e geográfica da infranqueável selva amazônica era não só uma muralha que os mantinha social, econômica e culturalmente distantes, de costas um para o outro, mas as diferenças políticas entre ambos os países aprofundaram esse vazio apesar da vizinhança.

Nos setores políticos, acadêmicos, econômicos, burocráticos e militares venezuelanos – e talvez em alguns setores ainda persistam esses receios – viam-se com suspeita as pretensões expansionistas que o “gigante do sul” inspirava. Pouco importava, então, que a Venezuela fosse, até meados dos anos 60, um importante fornecedor de petróleo, o que colocava o Brasil como o segundo mercado de nossas exportações de óleo cru.

Os regimes militares que se instauraram no Brasil a partir de 1964 forçaram, por um tempo, a ruptura das relações diplomáticas devido à aplicação da chamada “Doutrina Betancourt”, que promovia um cerco aos governos autoritários e ditatoriais. Assim, durante os governos de Rómulo Betancourt e de Raúl Leoni, as relações diplomáticas foram interrompidas. Todavia, no plano político, a solidariedade com as instituições democráticas da sociedade civil se manteve, e o discurso oficial refletiu essa postura.

Com o governo de Rafael Caldera, em 1969, inicia-se uma importante reviravolta nas relações bilaterais, com a aproximação política, econômica e diplomática. Foi durante esta administração que o desenvolvimento fronteiriço do sul do país se tornou uma política prioritária do governo, cristalizada na construção da conexão terrestre entre Santa Elena de Uairén e Boa Vista.

Os altos e baixos na aplicação da doutrina Betancourt levaram Carlos Andrés Pérez a desenvolver, em 1977, uma aproximação cautelosa com o Brasil, a qual não impediu que ele se convertesse no primeiro presidente venezuelano a visitar esse país, e estimulasse a assinatura de importantes acordos bilaterais. Contudo, as reservas relativas à proposta do Tratado de Cooperação Amazônica, e a visão de uma ambição expansionista com a qual a política externa brasileira ainda se associava, não chegavam a desanuviar completamente o curso das relações diplomáticas entre ambos os países.

Pouco tempo depois, seu sucessor, Luis Herrera Campins, propicia uma relação especial, caracterizada por um diálogo privilegiado entre seus chanceleres. Esta vinculação foi reforçada com a ativa participação do Brasil nos mecanismos para a busca da paz durante a crise centro-americana, por meio do chamado Grupo de Apoio ao Processo de Contadora.

2. A volta à legalidade democrática no Brasil.

Em meados dos anos oitenta, com a volta à legalidade democrática no Brasil, as relações adquiriram novo ímpeto. O presidente Sarney visita a Venezuela, e os níveis de cooperação alcançam um alto grau de maturidade e dinamismo que se prolongará por vários anos.

A década de noventa situa as relações bilaterais em um de seus melhores momentos, respondendo, assim, a interesses convergentes dos países vizinhos. Os encontros presidenciais tornaram-se cada vez mais frequentes, e a agenda comum se expandiu a temas ecológicos, meio ambiente e segurança das fronteiras, para citar alguns. Em meados desses anos, o segundo governo do presidente Caldera estabelece uma relação privilegiada com o Brasil, inicialmente com o Presidente Itamar Franco e, mais tarde, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso que, em termos geoestratégicos, era percebida como uma maneira de equilibrar as relações com a Colômbia. O dinamismo desta etapa coloca o tema da cooperação energética como um de seus eixos centrais. As exportações venezuelanas de petróleo se quintuplicam, e florescem os projetos de interconexão elétrica, infraestrutura etc.

Foi nesses anos que, a convite do Presidente Cardoso, o governo da Venezuela deu os primeiros passos para uma aproximação com o MERCOSUL. Entretanto, para diversos especialistas venezuelanos, a associação da Venezuela a este mecanismo era vista como inconveniente em termos econômicos. Além disso, prevalecia, nos níveis técnicos da administração, a opinião de que toda vinculação com o MERCOSUL devia ser feita em bloco com os associados da Comunidade Andina. Outro impedimento foi a complexidade na harmonização de preferências alfandegárias. Não é menos certo que houve reações de alguns setores políticos venezuelanos que consideraram exagerada a atenção outorgada às políticas com nosso vizinho do sul.

Por sua parte, o empresariado venezuelano insistia no perigo que a abertura às economias da Argentina e do Brasil representava, levando em conta especialmente a assimetria entre o parque industrial venezuelano e o destes países. Finalmente, devemos observar que, historicamente, a conduta do empresariado a respeito dos mecanismos de integração tem sido de cautela. Assim aconteceu, nos anos setenta, quando foi proposta nossa entrada ao Pacto Andino.

3. O Brasil no plano geopolítico da revolução bolivariana

Logo após o triunfo eleitoral de Hugo Chávez, perfilaram-se as primeiras manifestações do que, pouco tempo mais tarde, seria uma estratégia bem definida para a conformação de uma aliança com o governo brasileiro. Tal estratégia estava inscrita no marco de uma estreita relação pessoal e em coincidências ideológicas com o presidente Lula, e marcarão oito anos de uma sociedade inédita nas relações bilaterais. Com efeito, ambos os dirigentes já haviam se encontrado nas reuniões do Foro de São Paulo.

Da perspectiva oficialista, as conclusões do Taller de Alto Nivel, de novembro de 2004, quando se delineou o Novo Mapa Estratégico da revolução bolivariana, situam o Brasil no contexto de dois eixos contrapostos: o de Caracas, Brasília e Buenos Aires, que o governo denomina eixo Orenoco-Rio da Prata e que é suscetível às ameaças do “Império Norte-americano”, e outro, composto por Bogotá, Quito, Lima e Santiago do Chile, chamado de eixo monroísta.

Esta aproximação teria como primeira manifestação a inserção da Venezuela no MERCOSUL, ainda que, para dizer a verdade, neste caso se tratava de dar continuidade a uma política começada no governo anterior. A aposta no MERCOSUL, estimulada pelo governo de Hugo Chávez, respondia, segundo analistas locais, a uma jogada política calculada, orientada a recompor o tabuleiro geoestratégico sul-americano, no marco do debate ideológico que tem dominado a política externa venezuelana e o confronto com os Estados Unidos. Tal estratégia contou com um aliado próximo, o presidente Lula, que respaldou com grande simpatia esta iniciativa.

Já no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 2001-2007, no capítulo referente ao Equilíbrio Internacional, o governo de Chávez propunha: a incorporação da Venezuela ao MERCOSUL; a integração política como uma opção estratégica e a inserção da PDVSA no norte do Brasil. Propunha-se também a promoção de um novo regime de segurança hemisférica e, neste contexto, o desenvolvimento de iniciativas com países vizinhos encaminhadas à construção de um marco estável de segurança e cooperação.

No segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, chamado Plano Socialista Simón Bolívar, 2007-2013, se assinala que a Venezuela avança em direção a uma nova etapa da geopolítica mundial, na busca de objetivos de maior liderança mundial. Para alcançar esses objetivos, colocam-se as potencialidades energéticas do país como base para a conformação de alianças estratégicas que, como no caso do Brasil, incluiu a refinaria Abreu de Lima, projeto emblemático de sua visão de expansão continental, o qual, como muitas outras iniciativas, não chegou a se materializar.

II. A Era Lula.

1. A sinergia Chávez-Lula.

Para não poucos venezuelanos, os oito anos de Lula bem poderiam ser denominados a “Era Lula”, em termos do que foi uma condução política acertada, a qual lidou com tino e sensatez com as variáveis macroeconômicas que garantiram às suas políticas não só sustentabilidade, mas que se traduziram em um período de crescimento real da produção e da renda per capita. Também se observa que governou com amplitude e sensatez, incorporando a agenda social como um elemento chave de suas políticas públicas, o qual permitiu uma importante redução da pobreza (que caiu de 46% da população, em 1990, a 26% em 2008) e a incorporação de 30 milhões de pobres à classe média. Em suma, um estadista bem-sucedido que esteve muito longe de aplicar medidas radicais; que converteu a empresa privada nacional em instrumento para a promoção do desenvolvimento, que fez da Petrobrás um empório petroleiro e levou a economia a desfrutar das melhores avaliações.

Na verdade, não são dados menores: o crescimento do PIB do país – 8,9% – tem índices tão altos como os da China; é o maior receptor de investimentos estrangeiros, as

finanças públicas são equilibradas, a inflação está sob controle, a dívida externa na ordem de 4% do PIB e conta com 200.000 milhões de dólares de reservas internacionais. Tudo isso foi alcançado sem diatribes nem confrontações.

A figura de Lula sempre foi considerada pelo setor oficial venezuelano como uma opção sob cuja liderança seriam empreendidas iniciativas diplomáticas no âmbito regional, reforçando, assim, as percepções sobre sua condição de líder natural da região. Iniciativas como a UNASUL e o Conselho de Defesa Sul-Americano se revelam como duas estratégias brasileiras bem-sucedidas que colocam o país como um ator chave nos espaços sul-americanos, sem deixar de suscitar inquietudes entre setores da opinião pública venezuelana. Essa qualidade também levou Lula a cumprir o papel de mediador em alguns dos conflitos que afetavam a Venezuela, tais como a crise política de 2004 e a mediação proposta por ele para intervir nos crescentes enfrentamentos com os Estados Unidos, e no conflito com a Colômbia, após o incidente da captura, na Venezuela, do chamado chanceler das FARC, Rodrigo Granda.

2. Debilidades e contradições de uma política exterior

Para além dos êxitos econômicos e da liderança política de Lula, alguns analistas reconhecidos na Venezuela consideram sua política exterior, nem sempre assertiva e em algumas ocasiões ideologizada, como uma de suas debilidades, opinando inclusive que isto levou a apresentá-lo como “gestor dos interesses quase imperiais de seu poderoso país”¹. É inquestionável que o presidente de um país de peso mundial se comporta como tal na cena internacional. O ponto é que o abuso da ideologização certamente causa receio em setores democráticos do país.

Nesta ordem, não poucos venezuelanos recordam com estupor declarações de Lula segundo as quais: “Chávez é o melhor presidente que a Venezuela teve em 100 anos”. Esta frase foi perspicazmente comentada por Simón Alberto Consalvi, político, intelectual, respeitado ex-chanceler venezuelano e editor do principal jornal diário do país², que afirmou: “é, por acaso, o melhor porque fez o que Lula deixou de fazer no Brasil? Ou por que o que fez nos converte em dependentes de suas exportações, de seu patrocínio, sempre sutil, sempre sedutor?”

A mais crua destas críticas o apontam como bom para seu povo, mas muito mau vizinho para os amantes da liberdade³, com uma longa lista de contradições, duplicidade e inconsistências em matéria de política externa, entre as quais se destacam seus vínculos e apoio a governos autoritários, deslegitimados e violadores dos direitos humanos, como os do Irã e Cuba.

Nessa mesma ordem, questiona-se também o silêncio cúmplice e tolerante com Hugo Chávez, cujo respaldo incondicional contribuiu para dar-lhe maior legitimidade internacional. Ao longo de seus anos de governo, e com muita astúcia, o presidente Lula cortejava e elogiava Chávez, o que era percebido com desgosto por importantes setores da sociedade civil venezuelana.

¹ Teodoro Petkoff, Tal Cual, 2 de noviembre de 2010.

² SAC Lula contra Lula. El Nacional 25 de Mayo de 2008.

³ Moisés Naím em El País, *Lula: lo bueno, lo malo y lo feo*. 9 de mayo 2010.

Contudo, não foi apenas seu estreito vínculo com Chávez o que despertou receios entre os venezuelanos, mas, por exemplo, a calorosa recepção que dispensou, em Brasília, ao ditador iraniano Mahmoud Ahmadinejad e a defesa que fez de seu programa nuclear em momentos em que o Irã recebia a condenação da comunidade internacional.

Por outro lado, a ostensiva identificação de Lula com o regime Castro era outro fator irritante para setores da sociedade venezuelana. Sua resistência a se reunir com os grupos dissidentes do castrismo; as infelizes declarações sobre a greve de fome de alguns líderes opositores e certas afirmações que fez sobre os protestos dos prisioneiros políticos cubanos, comparando-os com os delinquentes comuns do Brasil, revelavam a marca de suas orientações ideológicas em oposição ao pragmatismo que costumava exhibir em outros temas de política mundial.

Uma das críticas mais duras sobre a atitude complacente de Lula a respeito de Cuba foi a de Teodoro Petkoff – uma das figuras políticas mais lúcidas e autorizadas da esquerda venezuelana –, que criticou o que foi dito por Lula ao comparar os prisioneiros políticos cubanos aos delinquentes comuns nas prisões do Brasil, o que Petkoff define como uma “canalhice imperdoável, que me faz perder todo o respeito por ele”⁴.

Às vezes, é difícil entender como dois dirigentes com estratégias internacionais distintas puderam selar, por oito anos, uma associação tão sólida como a que Lula e Chávez construíram. Para o intelectual venezuelano Moisés Naím, ex-editor da Revista Foreign Policy:

Enquanto o venezuelano espanta os investidores, o brasileiro os seduz. Enquanto Chávez se dedica às FARC, a exportar a revolução bolivariana e a chamar Ângela Merkel de nazista, Lula se ocupa em promover as empresas brasileiras no mundo e a passar o fim de semana com George W. Bush em Camp David, persuadindo-o a ajudá-lo com suas exportações de etanol. Enquanto a produção de petróleo da Venezuela caiu por falta de investimentos, e a PDVSA, a empresa de petróleo venezuelana, é utilizada para importar frangos e exportar para a Argentina malas cheias de dólares em jatinhos privados, sua equivalente brasileira, a Petrobrás, consegue, graças a seus investimentos em tecnologia, descobrir uma das jazidas petrolíferas mais importantes dos últimos tempos. Enquanto Lula consegue que empresas brasileiras obtenham suculentos contratos na Venezuela, Chávez compra dois bilhões de dólares em armas russas. Enquanto Lula estreita laços com empresários nas reuniões de Davos, Chávez estreita laços com a Bielorrússia, Irã e Cuba (Naím, M.).

Esta citação expõe claramente a visão que possuem setores da sociedade venezuelana em relação às diferentes posições de ambos governantes.

O certo é que Lula desenvolveu uma política internacional de maior perfil e exposição pública; emergiu na cena regional em momentos de mudanças e de surgimento de vários governos “progressistas”, e que tais afinidades ideológicas e a percepção da liderança natural do Brasil contribuíram para que cumprisse um papel de crescente liderança regional.

⁴ Teodoro Petkoff, Tal Cual, 15 de marzo 2010.

Esse ativismo no plano internacional se traduziu em várias iniciativas concretas vinculadas à Venezuela, que vão desde a participação na crise política de 2004, quando se constituiu o Grupo de Países Amigos na busca de uma saída que assegurasse a estabilidade política na Venezuela, na qual a intervenção brasileira mobilizou um grupo de países para conter as pressões sobre o governo de Chávez, até as gestões para impulsionar a entrada da Venezuela no MERCOSUL. Nestas e em muitas outras gestões, cumpriu papel destacado Marco Aurélio Garcia, influente assessor de Lula em matéria internacional, que não ocultava suas simpatias pelo governo da Venezuela e, em mais de uma oportunidade, se permitiu fazer comentários subjetivos, enviesados e com claras coincidências ideológicas com o oficialismo, razão pela qual era visto com receio por setores da oposição. “Engana-se quem pensa que Chávez e o ‘chavismo’ são um fenômeno transitório. São fenômenos profundos na sociedade venezuelana,” afirmou Garcia em uma oportunidade.

Outro episódio que jogou sombra sobre a imagem de Lula foi o papel assumido pela diplomacia brasileira durante a crise político-institucional de Honduras. A administração brasileira desconheceu o governo de Micheletti; insistiu que Zelaya tinha sido deposto por um golpe de estado; manteve, em todo momento, que tal situação era inaceitável e que a solução da crise passava pela volta do mandatário ao cargo. Paralelamente, solicitou uma reunião do Conselho de Segurança da ONU, exigiu diante da Assembleia Geral desse organismo o restabelecimento de Zelaya, e manteve um papel ativo nos foros regionais como a UNASUL e a OEA. Essa mesma posição se conservou, mesmo depois da realização de eleições presidenciais, com o não reconhecimento, pelo Brasil, das autoridades eleitas.

Há quem sustente que, na realidade, o presidente Lula teria preferido assumir outro papel nesta crise, ao invés de se ver envolvido em incidentes nos quais assumiu mais riscos do que benefícios. Com efeito, não era precisamente Honduras o país que a diplomacia brasileira teria escolhido para elevar o perfil de sua atuação internacional. Tampouco é comum o abandono de sua tradicional atitude de equilíbrio, cautelosa para não se imiscuir nos assuntos internos de outros Estados, e ainda menos em uma zona onde não existem interesses estratégicos essenciais. Assim se percebeu a partir de declarações de um porta-voz oficial que afirmou que “Brasil foi empurrado, um pouco contra sua vontade, ao centro dessa crise”⁵.

III. A aliança estratégica com o Brasil

1. Amizade e coincidência ideológica

O triunfo do presidente Chávez no referendo de 2004 deu um impulso decisivo a seus propósitos de provocar transformações geopolíticas e desempenhar um papel-chave na cena internacional. Apoiado em ingentes recursos financeiros, desenvolveu uma estratégia internacional de alto perfil político que deu substância a várias das iniciativas “em um marco de integração continental radicalmente político, a ALBA, e de uma plêiade de consórcios interestatais, nos quais a Venezuela se reservou a voz dominante: PetroSul, PetroCaribe, PetroAndina, TeleSul, Banco do Sul e o Grande Gasoduto do

⁵ Marcelo Baumbach, rtve.es, 19 de febrero de 2010.

Sul”, para citar apenas os mais importantes. Todas estas iniciativas deveriam articular a “bolivarianização do hemisfério”⁶.

A alta dos preços do petróleo, a retórica contra os Estados Unidos e a solidariedade com os movimentos revolucionários e antiglobalizantes do continente inscrevem-se dentro de sua visão de construtor de um mundo multipolar. Daí os constantes chamados ao eixo Caracas/Brasília/Buenos Aires à integração em seu sentido mais amplo. Este crescente protagonismo desafiante de Chávez, embora tenha cativado o entusiasmo da esquerda radical mundial, também despertou suspeitas entre alguns dirigentes que interpretaram essa presença notória de Chávez como uma concorrência à liderança natural do Brasil.

Chávez acolheu com entusiasmo a criação da UNASUL basicamente por ela se tratar de um foro sem a presença dos Estados Unidos, México e Canadá, o que está em sintonia com seu discurso radical. Entretanto, esta determinação conspira contra a realidade geopolítica natural com a qual a Venezuela estava identificada no passado, como país que também é caribenho, que tem interesses estratégicos em relação ao México, à América Central e, em geral, ao Caribe. Portanto, atribuir ao subcontinente a importância geopolítica que se lhe outorga através da UNASUL nos isola e debilita. A iniciativa de México, Colômbia, Peru e Chile de constituir a faixa do Pacífico aprofunda o debilitamento geopolítico da Venezuela. Agreguemos a isso a saída da Venezuela da CAN e teremos um cenário futuro de crescente isolamento.

2. Associação econômica privilegiada

Em 2005, os presidentes Lula e Chávez assinaram uma importante Declaração que viria a selar a “aliança estratégica” entre Brasília e Caracas. Trata-se de um documento amplo, no qual ambos os governantes se comprometem a desenvolver uma estratégia conjunta para, entre outras coisas: explorar a complementaridade econômica; coordenar iniciativas nos organismos internacionais hemisféricos; assegurar o respaldo, pela Venezuela, à aspiração do Brasil de ocupar um posto de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, o qual já havia recebido do governo anterior em finais dos anos noventa.

Tal aliança incluiu a assinatura de 15 acordos no campo da energia, do petróleo e gás, além de compromissos em uma ampla variedade de matérias como mineração, tributos, financiamento, indústria, agricultura, turismo, pesca, ciência e tecnologia, e cooperação militar.

O aprofundamento dos vínculos com o Brasil durante os dois governos de Lula se converteu em uma associação muito privilegiada, que se traduziu na conversão do Brasil em o terceiro fornecedor de produtos à Venezuela, depois dos Estados Unidos e da Colômbia. As exportações brasileiras à Venezuela se incrementaram em 858% desde a chegada de Chávez. Somente no ano de 2008, o saldo comercial foi favorável ao Brasil em US\$4.600 milhões. Hoje em dia, o valor do mercado venezuelano representa para o Brasil cerca de US\$7.000 milhões. Ao mesmo tempo, foi um período no qual floresceram os projetos desenvolvidos por empresas brasileiras, entre os quais figuram a

⁶ Roberto Ortiz de Zárate: Biografía de Chávez, Avizora.com.

construção da segunda ponte sobre o rio Orenoco e da linha 5 do metrô de Caracas, ambas a cargo da firma Odebrecht.

No desenvolvimento desta associação com Lula, privilegiaram-se projetos no âmbito energético como o gasoduto do sul; a construção de refinarias e navios-tanques; a participação em projetos de exploração petroleira, planos de infraestrutura, construção de moradias, projetos siderúrgicos e agroindustriais.

Em suma, nos meios empresariais venezuelanos, insiste-se que, em 1995, a Venezuela mantinha uma balança comercial superavitária com o Brasil e que, com a entrada em vigor do Acordo de Complementação entre Brasil e Venezuela, e do ACE 59, no ano de 2004, a balança comercial se tornou deficitária para a Venezuela, mantendo uma tendência crescente a resultar em saldos médios deficitários ao redor dos quatro bilhões de dólares.

No entanto, no plano internacional, ambos os dirigentes transitavam em rotas estratégicas distintas. Enquanto Chávez colocava sua ênfase nas alianças que compartilhavam sua visão do chamado “Socialismo do século XXI” para enfrentar os Estados Unidos, Lula desenvolvia seu próprio projeto geopolítico, consolidando sócios que lhe permitiam agir como um ator influente na cena global, ao lado de países emergentes como a China, a Índia e a África do Sul, e a União Europeia.

Tratou-se de argumentar que, entre Lula e Chávez, existiu uma disputa pela liderança regional. Na realidade, o mandatário venezuelano alinhou-se em torno da proposta da ALBA para um grupo de países que ideologicamente se definem como partidários do “socialismo do século XXI” e que desenvolvem uma diplomacia de confronto, enquanto Lula consolidou sua liderança natural na região e ampliou sua influência dentro do G-20, nas negociações sobre o meio ambiente e nas reformas do sistema financeiro internacional.

A descoberta de importantes jazidas de petróleo no Brasil foi comentada com certa ironia por Chávez, que se referiu a uma eventual incorporação do Brasil à OPEP. A isso se agregam as decisões de abandonar o projeto do gasoduto do sul e, mais recentemente, as incertezas sobre a participação da Venezuela no projeto da refinaria Abreu de Lima.

Em outro plano, mas sempre no contexto energético, recordemos o conflito da empresa Petrobrás, em começos do governo de Evo Morales, em torno do tema do preço do gás. Neste caso, a sombra intervencionista de Chávez, por meio de altos funcionários da PDVSA que prestavam serviços de assessoria ao governo boliviano, sempre despertou inquietação em círculos brasileiros e foi interpretada como uma rivalidade entre ambos os governos.

No plano estritamente militar, destaca-se a disputa encoberta entre o Brasil e a Venezuela para ganhar projeção sobre a Bolívia, tradicionalmente na área de influência do primeiro, país com o qual o mandatário venezuelano tem forjado uma estreita associação através do presidente Evo Morales. Os anúncios de Chávez de intervir militarmente na Bolívia no caso de haver uma desestabilização do governo Morales, o financiamento direto para a construção de guarnições militares nas fronteiras e a realização de exercícios militares são algumas das manifestações que despertaram suspeitas entre observadores militares. Se agregarmos a isto as revelações de um alto militar boliviano acerca do financiamento que Evo Morales recebeu de Chávez para a

derrubada do então presidente Sánchez de Losada, podemos inferir que as intenções de influência sobre esse país foram notórias.

Como nova potência petroleira, o Brasil não deixou de suscitar inquietação em círculos políticos e acadêmicos da Venezuela, que observam com preocupação a descoberta, ao longo do litoral, de poços com uma importante capacidade de produção que colocariam o Brasil em uma posição competitiva nos mercados da região. Ainda que as novas descobertas ainda estejam longe de ser operacionais e requeiram importantes investimentos, a deterioração crescente da PDVSA, a falta de investimentos, a insegurança jurídica e a má administração da empresa colocariam a Petrobrás em vantagens comparativas de monta.

3. Visões contrapostas e antagônicas.

Um novo mapa geopolítico regional tende a se consolidar no espaço sul-americano em torno de novas lideranças e do surgimento de novas instâncias de integração. Nesse novo tabuleiro geopolítico, convergem duas visões contrapostas, com potenciais dimensões antagônicas: a visão geoestratégica, militarista, populista, confrontacional e ideologizada de Hugo Chávez, assumindo um crescente papel de protagonista com a construção de alianças intrarregionais (ALBA) e extra-regionais (Rússia, Irã, China), que utiliza o petróleo como ferramenta de suporte de suas políticas e um discurso ultra radical e de ruptura com os Estados Unidos. Em contraposição, está o modelo de Lula, com uma visão multidimensional, reformista, que evita a confrontação, cuja diplomacia se move com equilíbrio, maior planejamento, discrição e eficácia, e que soube não só neutralizar o discurso do mandatário venezuelano, mas impor-se sistematicamente aos seus ambiciosos e desmedidos projetos personalistas⁷.

Citemos alguns exemplos: o Banco do Sul; a proposta de construir o gasoduto do sul desde a Venezuela até a Argentina através do Brasil; a grandiosa refinaria de Pernambuco que devia ser construída com capital dos dois países; a aspiração de conformar uma força armada sul-americana e uma Organização do Atlântico Sul similar à OTAN. Todas estas propostas foram se desvanecendo no tempo ou foram substituídas por iniciativas brasileiras como a UNASUL e o Conselho de Defesa Sul-Americano.

Dos exemplos anteriores se conclui que a hábil diplomacia brasileira se afastou de tais iniciativas sem confrontar Chávez diretamente. Não obstante, para muitos seguidores do projeto bolivariano, as decisões de Brasília de diminuir a importância do Banco do Sul, por exemplo, colocaram-na como pouco disposta a romper com a “ordem global” e mais próxima à lógica dominadora do Norte. Inclusive, chegou-se a sugerir que Lula estaria administrando duas agendas: uma com Chávez e outra com Bush.

Os contrastes entre as duas opções também se refletem na maneira de conter as turbulências e potenciais conflitos que possam colocar em perigo a estabilidade regional. O caso da crise na Bolívia, em finais de 2008, é eloquente. Enquanto Chávez propunha uma intervenção direta da UNASUL, – com a deliberada exclusão da OEA –, uma condenação explícita aos Estados Unidos pelo suposto apoio desse país aos prefeitos (governadores) da oposição, e inclusive uma intervenção militar diante de um

⁷ Andrés Serbín: *Multipolaridad, liderazgos e instituciones regionales: Los desafíos de la UNASUR ante la prevención de crisis regionales*

suposto plano de desestabilização do governo de Morales, impôs-se a tese de Lula de alcançar uma mediação de tal mecanismo com base em três condições bem articuladas: agiu-se a pedido do governo da Bolívia, foi privilegiada a consolidação da institucionalidade democrática e o diálogo entre as partes, e se evitou toda referência ao papel dos Estados Unidos na crise.

Talvez tenha sido por estas divergências que Chávez manifestou, na Cúpula da UNASUL, celebrada na Costa do Sauípe: “Sem dúvida o Brasil exerce uma liderança importante. Mas não se trata de que haja um líder na região. Trata-se de um conjunto de lideranças”⁸.

No final das contas, nestas e em algumas outras iniciativas nas quais Lula se distanciou de Chávez (a morna receptividade à pouco viável proposta do Banco do Sul, a não adesão ao Grande Gasoduto do Sul, as reticências quanto à criação de uma OPEP do Gás e o fracassado projeto da refinaria Abreu e Lima), prevaleceu neste a visão militarista do “recurso tático” sem se apartar do objetivo estratégico que era mostrar-se como o sócio preferencial do Brasil. Na realidade, ao longo de seus anos de governo, Chávez se destacou pelo manejo acertado destas contradições com seus aliados e com seus adversários, tanto no plano doméstico como no internacional.

Ainda que tais discrepâncias foram administradas politicamente com muita prudência e pragmatismo, em algumas ocasiões, em razão de seu caráter impulsivo, Chávez não pôde ocultar seu desagrado, como quando qualificou como uma ameaça à segurança alimentar a estratégia brasileira de estimular a produção de biocombustíveis; ou quando fustigou, durante a II Cúpula Sul-americana, em Cochabamba, o plano de investimentos em infraestrutura proposto por Lula; ou quando criticou fortemente o MERCOSUL por responder à lógica neoliberal e à concepção mercadocêntrica.

IV. Subimperialismo brasileiro e percepções sobre o tema militar

1. Brasil, ator de primeira linha no concerto mundial

Um país que representa pouco mais de 47% do território sul-americano, dotado de variados e múltiplos recursos naturais – incluindo petróleo –, com projeção geopolítica mundial, que pertence ao grupo de países emergentes (BRIC), avança firmemente rumo aos primeiros lugares da economia internacional, aspira a um posto permanente no Conselho de Segurança da ONU e que muitos governos consideram ser um sócio confiável não só atua como o país de maior peso político no continente, mas é percebido como um ator de primeira linha no concerto mundial.

Essas realidades deram origem às teses sobre o “destino manifesto do Brasil” acerca do pretendido direito de exercer uma liderança política, econômica e militar na região, e que serviu de base à corrente de pensamento geopolítico que se implantou nesse país desde meados do século passado. Outros se lembram com desconfiança dos objetivos de expansão do Plano Calha Norte, em meados dos anos oitenta, e mais recentemente, das pautas contidas na Nova Estratégia Nacional de Defesa do Brasil jun2005/dez2008, que fundamentam a cooperação e assistência na promoção de projetos de infraestrutura para a integração sul-americana.

⁸ www.aporrea.org, 17 de diciembre de 2008

Anos mais tarde, a doutrina geopolítica dos “círculos concêntricos”, lançada pelos governos militares, não só conseguiu fortalecer o poderio econômico do Brasil, mas serviu de exemplo para a corrente militarista que se instalou em alguns países do continente e foi o antecedente do que veio a se chamar de políticas subimperialistas do Brasil. Tais percepções, que foram rejeitadas pelos governos democráticos, geraram uma imagem negativa sobre o Brasil, cuja atuação era interpretada não só como o sustento do “expansionismo”, mas como a articuladora das políticas estadunidenses em matéria de segurança, o que lhe valeu o distanciamento de vários países da região.

Em tempos recentes, a presença militar do Brasil no Haiti, no marco das iniciativas da ONU para garantir a paz e a segurança naquele país, reabriu este debate. Mesmo que tal presença não tenha gerado reações para além dos círculos especializados nestes temas, não é demais pensar que, no futuro, o Brasil saberá colher os frutos dessas ações solidárias em uma zona que tem um peso estratégico importante.

Em suma, enquanto existir no Brasil uma democracia robusta, de respeito a seus vizinhos, os sentimentos de desconfiança ou de receios serão atenuados. Não existem razões para pensar que, no futuro, o Brasil deixe de transitar o caminho democrático.

A consolidação política, econômica e social do Brasil tem contribuído para a projeção desse país na região. No futuro, seu poderio militar poderá constituir um elemento de contenção frente a cenários de desestabilização.

2. Integração militar sul-americana

Desde o começo do governo de Chávez, este se interessou pelo tema da integração militar no âmbito regional e, com a chegada de Lula à presidência, as coincidências se intensificaram.

A preocupação com a presença militar estadunidense em países vizinhos foi compartilhada pelos governos da Venezuela e do Brasil, como se expressa em diversas declarações e documentos oficiais. Isto coincide com o anúncio, feito em finais de 2003 por um importante porta-voz brasileiro, acerca da necessidade da integração militar na América do Sul para se contrapor à presença estadunidense.

Na concepção estratégica de Chávez, a articulação dos novos polos de poder geopolíticos no mundo passa pela conformação de uma nova matriz de poder nos campos político, financeiro e militar. E mesmo no Plano Nacional de Desenvolvimento 2001/2007 se propõe a redefinição da segurança hemisférica, a integração política como uma opção estratégica e, dentro deste capítulo, o conceito de uma política de segurança e defesa comum.

As apreensões sobre a presença militar estadunidense em alguns países da sub-região e a necessidade de construir um marco estável de segurança unido ao sentimento anti estadunidense animavam o governo da Venezuela a propiciar uma unificação de objetivos em torno desta matéria. Todavia, na Declaração conjunta assinada pelos presidentes Chávez e Lula, em fevereiro de 2005, onde se delineiam os temas que conformam a Aliança Estratégica, só se fez uma breve e formal menção à cooperação neste campo.

Em outra ordem de coisas, devemos mencionar as posturas indecisas que o governo de Lula adotou diante da guerrilha colombiana, em relação à qual, segundo analistas venezuelanos⁹, as forças militares brasileiras apresentaram ações limitadas, apesar da bem documentada vinculação entre a guerrilha e o tráfico de armas e drogas através do território brasileiro. Ainda que os responsáveis pelo planejamento militar tivessem considerado estes grupos armados como uma ameaça à segurança, as linhas políticas originadas no Itamaraty atenuavam estas recomendações e, de fato, elas foram subestimadas no interior das prioridades na agenda internacional.

V. Dilma Rousseff: continuidade e algo de estilo próprio

Assim como ocorreu com Lula quando chegou ao poder em 2002, tempos em que a incerteza e o temor se apoderaram dos setores econômicos em virtude da ascensão ao governo de um membro conspícuo do Foro de São Paulo, Dilma Rousseff foi vista inicialmente com certa apreensão em alguns círculos venezuelanos. Seus antecedentes políticos a identificavam com setores da esquerda radical. No entanto, nem antes, nem agora, os governos de Brasília têm incluído em sua retórica os ataques ao capitalismo e ao “imperialismo” que se escutam com frequência no país vizinho. Ao contrário, a salutar aplicação de políticas de liberalização e desregulamentação econômica, iniciadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, se traduziu nos níveis de sucesso que o país exhibe.

Embora possa ser prematuro antecipar as condutas do novo governo em matéria internacional, algumas das primeiras decisões da sucessora de Lula parecem perfilar seu próprio estilo. Assim, desde o momento mesmo da posse, ela manteve o compromisso de promover as mudanças sem estimular o confronto. Seu discurso, em 1º de janeiro de 2011, foi a alocução de uma estadista comprometida com os valores da democracia: o pluralismo, o diálogo, o respeito aos direitos humanos e a liberdade de expressão: “prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio da ditadura”, disse. Talvez tenha sido por isso que surgiram insinuações de que o mandatário venezuelano sentiu certo incômodo e saiu de Brasília quando os eventos oficiais ainda não haviam sido concluídos. Outro dado a levar em conta foi a suspensão do encontro entre ambos os mandatários. Estas circunstâncias fomentaram toda classe de comentários e foram o início do que tem sido interpretado como uma diferença de estilo entre ambos os governantes.

O primeiro encontro oficial bilateral entre ambos os governantes será no próximo dia 10 de maio. Os resultados deste encontro permitirão avaliar mais objetivamente o grau de empatia entre eles. Em todo caso, do ponto de vista substantivo, não se preveem mudanças.

Na visão compartilhada por Brasília e Caracas sobre o mundo multipolar durante os mandatos de Lula, estava a essência das coincidências entre ambos os governantes. Esse enfoque sustentou o estreito vínculo entre ambos os mandatários até convertê-lo em uma aliança sem precedentes. É muito provável que esta aproximação se mantenha com a nova presidenta, embora com estilos e ritmos diferentes.

⁹ Otálvora: *Informe Otálvora*, 24 de mayo 2010

Por agora, os primeiros sinais do governo de Dilma Rousseff em matéria de política externa parecem expressar um descolamento das ações iniciadas por seu predecessor, particularmente no que se refere às relações com os Estados Unidos e às atuações nos organismos multilaterais de defesa dos direitos humanos.

A chegada de Antônio Patriota à frente do Itamaraty começou a produzir uma reviravolta nas relações exteriores, e assim é percebida pelos observadores venezuelanos. Tais mudanças têm a ver, por exemplo, com a postura do Brasil a respeito do regime iraniano: condenações sem disfarce às violações aos direitos humanos, a primeira votação contra esse governo em uma década na ONU e uma atitude mais firme contra as ditaduras. Diferentemente das atuações de Lula, que sempre se absteve de condenar Teerã, e que, ao contrário, era partidário de um diálogo com regimes como esse, e inclusive oposto à aplicação de sanções. Lembremos que Lula se reuniu com Ahmadinejad em Teerã e se negou a receber líderes da oposição.

Deve ficar claro, no entanto, que a atuação internacional do novo governo não se afastará dos objetivos centrais da política exterior do Estado brasileiro no sentido de: consolidar seu papel como uma das economias emergentes de maior importância no sistema econômico internacional; fortalecer seu papel de ator-chave na cena mundial; assegurar a materialização de sua entrada como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e aprofundar a integração sul-americana.

Em tal sentido, a agenda internacional muito provavelmente se circunscreverá a promover a atuação do Brasil nos foros econômicos mundiais de negociação; continuará com a defesa do multilateralismo e promoverá a UNASUL como parte de sua estratégia para consolidar os vínculos com os países sul-americanos.

Como um simples exercício de análise, talvez conviesse examinar as colocações de alguns analistas venezuelanos, que sugerem que uma aliança sólida entre os Estados Unidos e o Brasil – em termos de acordos e compromissos em temas centrais em matérias comerciais, mudança climática, proliferação nuclear, finanças e comércio internacional – poderia ser uma das inovações geopolíticas mais importantes destes tempos¹⁰. Tal aliança – ainda que cândida e com obstáculos –, sustentada em valores compartilhados como a democracia, o livre mercado e a estabilidade regional, nos quais ambos os países terão necessariamente que fazer concessões, poderia, com efeito, “revolucionar” as relações bilaterais não só no Brasil como em toda a região.

Em apoio a esta hipótese, podemos assinalar que não é por acaso que o presidente Obama tenha escolhido o Brasil como o primeiro país visitado em sua recente viagem pela América Latina e os elogios que fez à democracia brasileira como um bem-sucedido modelo a seguir. Agreguemos a isso também que a capacidade de influência unilateral dos Estados Unidos na região tem declinado e que é mais adequado trabalhar com sócios confiáveis, com peso específico e capacidade de liderança.

Não menos importante neste cenário é a recente viagem – a terceira desde que assumiu o poder – da presidenta Dilma Rousseff à China como ponta de lança de uma estratégia internacional bem orquestrada, orientada a consolidar o papel do Brasil como o indiscutível líder regional e global, e acompanhada por um importante número de

¹⁰ Moisés Naím: *Dilma y Barack: una pareja irresistible*. Jornal El país, España, 14 de Noviembre 2010.

empresários e pela assinatura de cerca de vinte acordos em matéria econômica, sendo apenas um deles no valor de U\$12 bilhões.

Por último, cabe destacar que Dilma não é Lula e não precisa de Chávez para aplacar os radicais de seu partido; tem seu próprio peso e agenda, e provavelmente a linguagem corporal de Chávez diante de uma dama Chefe de Estado é tão incômoda para ele como foi com Michelle Bachelet, do Chile.

VI. O protagonismo de Santos na agenda venezuelana

Com a vitória de Juan Manuel Santos, poucos vaticinaram uma mudança de rumo importante nas relações colombiano-venezuelanas, de modo que parecia que as tensões e atritos diplomáticos que caracterizaram as relações durante o governo de Uribe iriam continuar. O perfil sociocultural de Santos, seus antecedentes políticos e sua atitude firme no combate à guerrilha das FARC o mostravam como a antítese do mandatário venezuelano.

O próprio Santos disse, durante sua campanha, que ele e Chávez eram “como água e óleo”, enquanto o governante venezuelano o considerava uma “ameaça” para a Venezuela. Em seu discurso de posse, o já presidente Santos se ofereceu para reconstruir as relações com a Venezuela, restabelecer a confiança e privilegiar a diplomacia e a prudência; e assim vem agindo.

Desde então, três encontros foram mantidos entre ambos os presidentes. Ficaram para trás os insultos ao governante colombiano, as ameaças de uma ruptura definitiva de relações diplomáticas e as intimidações sobre o encerramento do comércio binacional. Com base nestas reuniões, as empresas colombianas começaram a cobrar as dívidas de importadores venezuelanos, foi aprovado um novo marco provisório para regular o comércio bilateral, reativaram-se diversos acordos de cooperação, restabeleceu-se o diálogo sobre temas da segurança na zona de fronteira, retomou-se a proposta do gasoduto transoceânico, reativou-se a agenda antinarcóticos e foram desempoeirados os projetos de interconexão elétrica e viária.

Frente a este inesperado cenário, e dada a imprevisibilidade do governante venezuelano, são muitas as interrogações que se colocam, mas que assim podem ser resumidas: por quanto tempo durará este entendimento?

Na realidade, ambos os governantes fizeram concessões mútuas e deixaram de lado os temas polêmicos de conjuntura. Desse modo, foram engavetadas as denúncias que a Colômbia havia apresentado ao Conselho Permanente da OEA, com coordenadas, fotos e mapas, sobre a suposta presença das FARC em território venezuelano, silenciaram-se as revelações contidas na memória do disco rígido do computador de Raúl Reyes e foram esquecidas as denúncias sobre supostos vínculos entre as FARC/ETA e elementos do governo bolivariano. O próprio Santos chegou a afirmar que tem “a certeza absoluta de que a presença guerrilheira nesse país, se continua a existir, não ocorre com a cumplicidade do governo de Hugo Chávez, pois é possível acreditar quando este se comprometeu a combater a incursão destes grupos a esse país”¹¹.

¹¹ El espectador, 18 de abril de 2011.

Por sua parte, Chávez deixou de falar dos planos de “agressão” devidos à presença militar estadunidense em território colombiano e das “ameaças” que isso comporta para a segurança. Não disse sequer uma palavra contra os avanços para a aprovação do TLC entre a Colômbia e os Estados Unidos. Sua linguagem se tornou mais “diplomática”, o que vem confirmar que ambos os governantes acordaram um “modus vivendi”, um pacto de não agressão para reacomodar suas relações. Uma “lua de mel” com seu “melhor novo amigo”, como o próprio Santos a chamou.

Um tema complexo e delicado na agenda bilateral foi o ruidoso caso da extradição do narcotraficante venezuelano Walid Makled, que tinha feito graves revelações que vinculam altos funcionários do governo venezuelano a seus negócios turvos.

Segundo avaliação de observadores políticos venezuelanos, o temperamento do presidente Chávez desperta desconfiança e faz com que esta “reconciliação” com a Colômbia seja recebida com prudência e cautela. Como bom estrategista militar, ele conhece perfeitamente os momentos de recuos táticos sem se afastar de seus objetivos estratégicos.

Na última reunião em Cartagena, em 9 de abril de 2011, Santos impôs a agenda e alcançou os objetivos propostos, deixando Chávez sem iniciativa e na defensiva. Neste encontro, Santos foi o artífice de uma iniciativa de mediação com o presidente Porfirio Lobo, de Honduras, que ele próprio batizou de “diplomacia discreta”, com vistas a conduzir a readmissão desse país ao seio da OEA. Com esta hábil jogada, depois do fiasco de Lula com seu “hóspede” Zelaya, o perfil da Colômbia ascendeu substancialmente na cena regional. De acordo com os desenvolvimentos conhecidos até agora, tudo aponta que Honduras será readmitida pelo órgão hemisférico na próxima Assembleia Geral da Organização que ocorrerá em El Salvador.

Por outra parte, com grande habilidade, Santos obteve a aquiescência do Presidente Obama para a deportação à Venezuela do narcotraficante Walid Makled, apesar das pressões que setores republicanos haviam feito para que ele fosse extraditado aos Estados Unidos.

O certo é que as últimas jogadas de Santos no plano internacional revelam um protagonismo importante no tabuleiro regional que, para alguns, começa a se perfilar como um tipo de liderança compartilhado com o Brasil. Vejamos alguns exemplos: coube a ele assumir a presidência do Conselho de Segurança da ONU. Ainda que se trate de uma posição rotativa dentro do organismo, serviu-lhe de cenário para dirigir-se à comunidade internacional, a partir dessa importante tribuna, quando colocou ênfase no tema da crise do Haiti. Obteve para a ex-chanceler Maria Emma Mejías a presidência da UNASUL – compartilhada com a Venezuela, algo pouco usual neste tipo de organismo– ; realizou um encontro bilateral com o Presidente Obama com o qual obteve certos avanços com vistas à aprovação do TLC por parte do congresso estadunidense; propiciou uma mediação entre os Presidentes Porfirio Lobos e Chávez, com vistas a impulsionar a reinserção de Honduras no seio da OEA. Enfim, “uma semana histórica para a diplomacia colombiana”, como a qualificou um importante meio de comunicação desse país.

Esse protagonismo da Colômbia no cenário regional se vê fortalecido com o debilitamento político institucional de alguns outros países do arco andino ao qual se somariam as sombras de uma eventual mudança na linha de condução econômica no

Peru. Tudo isso fortalece a figura de Santos e o projeta como um competidor de peso pela liderança sul-americana. Não é por acaso que, para algumas agências especializadas, a Colômbia de Santos é, hoje, “o sócio mais confiável dentre os países andinos”¹². Outro dado não menos importante tem a ver com o fato da Colômbia ter duplicado sua produção de petróleo, o que coloca a possibilidade, para os Estados Unidos, de diversificar parcialmente suas fontes de fornecimento.

Ao contrário disso, a Venezuela é o país com a maior inflação do continente, sua economia está há três anos em recessão, há desconfiança por parte das agências de avaliação de risco e regras pouco transparentes para os investimentos. Além disso, está perto de se iniciar uma dura campanha eleitoral na qual, pela primeira vez em doze anos, Chávez encontra-se em desvantagem. Seu discurso radical se mostra esgotado e, mesmo que ainda conte com importantes recursos financeiros para seu projeto internacional, seu carisma já não é o mesmo.

VII. Comentários finais

O reconhecimento da liderança natural do Brasil na região passa não só pela admissão – sem complexos nem ressentimentos – de seu poderio econômico, populacional, geográfico e militar, como também por uma atitude sem destemperos hegemônicos e objetivos comuns com os países sul-americanos.

No caso da Venezuela, existem razões particulares para seguir com cuidado o desenvolvimento geopolítico brasileiro. Nossa reclamação territorial sobre o território Esequibo e o fato de que o Brasil cultiva as relações com a Guiana em seu objetivo estratégico de uma eventual saída terrestre para o Atlântico não deixam de provocar suspeitas em observadores políticos e militares venezuelanos. E mais ainda agora, quando este tema perdeu prioridade na agenda de política externa do governo de Chávez.

Em tempos em que os recursos petrolíferos têm um valor geopolítico chave, a situação estratégica da Venezuela como país que é, ao mesmo tempo, andino, amazônico e caribenho, desempenha um papel de primeira ordem no tabuleiro geopolítico regional. Não é segredo que, entre os planos estratégicos do Brasil, o acesso ao Caribe lhe permitiria maior flexibilidade no trânsito aos mercados do norte.

Atores políticos e militares¹³ que têm ocupado altas posições burocráticas nos setores de Defesa e de Relações Exteriores opinam que uma aliança política, econômica e militar com o Brasil seria proveitosa para a Venezuela se construída com dedicação e visão de longo prazo, agregando que poderia servir para reconstruir as relações com os Estados Unidos.

Sem deixar lugar a dúvidas, apesar das afinidades ideológicas e da amizade entre Lula e Chávez, existiram discrepâncias de fundo entre ambos, com as quais, no entanto, eles souberam lidar politicamente a fim de que prevalecesse o ambiente de cordialidade que

¹² Revista Semana, 18 de abril de 2011.

¹³ Fernando Ochoa Antich, ex-ministro da Defesa, ex-ministro de Relações Exteriores. Manuscrito não publicado, abril 2011.

distinguiu estas relações. Cada um lidou com seus próprios interesses, às vezes contrapostos, sob este paradigma.

A visão de mundo multipolar – ou pluripolar como a define Chávez – atribui ao Brasil o peso que lhe corresponde. Com essas coordenadas, Chávez pretende assumir, na aliança com o Brasil, um papel de liderança compartilhada quando, na realidade, se trata de uma sociedade na qual a Venezuela sempre estará em segundo plano. Somente dentro de alguns anos se poderá concluir se a aliança com o Brasil foi uma estratégia proveitosa para ambos os países ou somente a articulação velada do subimperialismo brasileiro.

Referências Bibliográficas

- Alcalay, M. (2008). El anti-histórico “Acuerdo Histórico” con Brasil. [versión electrónica] Analítica.com. Obtenido el 14 de marzo de 2011, de <http://www.analitica.com/va/internacionales/opinion/5068616.asp>
- Arria, D. (2009). Brasil cínica y cómplice. [versión electrónica] Analítica.com. Obtenido el 15 de abril de 2011 de, <http://www.analitica.com/va/internacionales/opinion/6267500.asp>
- Breve, N., Hashzume, M. (2004) Chávez y Lula no son fenómenos transitorios. Voltairenet.org Red de Prensa No alineada [versión electrónica] Obtenido el 14 de marzo de 2011, de <http://www.voltairenet.org/article122196.html>
- Burgos, E. (2009). La gran potencia brasileña y el caso ejemplar de Honduras. [versión electrónica] Analítica.com. Obtenido el 14 de marzo de 2011, de <http://www.analitica.com/va/internacionales/opinion/4584060.asp>
- Cavalcanti, R., Lima, B. (2010). Una relectura de la política externa de Brasil en la Era Lula. [versión electrónica]. Obtenido el 12 de marzo de 2011, de <http://www.anarkismo.net/article/18380>
- Centro de Investigaciones Económicas (2007). *Venezuela-Brasil. Relaciones Asimétricas*. Caracas, Venezuela: CIECA.
- Contreras, J. (2010). Proposición de Pompeyo Márquez. Analítica.com [versión electrónica]. Obtenido el 11 de marzo de 2011 de, <http://www.analitica.com/va/politica/opinion/2186588.asp>
- Egui, V. (2010). Prevén cambios en las relaciones políticas de Venezuela. El Universal [versión electrónica]. Obtenido el 11 de marzo de 2011, de http://www.eluniversal.com/2010/09/14/brs10_esp_preven-cambios-en-la_14A4469491.shtml
- El Universal (2009). Brasil y EEUU frenaron el proyecto chavista en Honduras. [versión electrónica]. Obtenido el 11 de marzo de 2011, de <http://vibonati.blogspot.com/2009/11/brasil-y-eeuu-frenaron-el-proyecto.html>
- Emanuelsson, D., “El Banco del Sur debe ser un banco para financiar una economía socialista”. Rebelión. Versión electrónica. Obtenida el 25 de abril de 2011. <http://www.rebelion.org>
- Figueredo, C. (2008). Las loas de Lula a Chávez. [versión electrónica] Analítica.com. Obtenido el 11 de marzo de 2011, de <http://www.analitica.com/va/internacionales/opinion/7249618.asp>

- Globovisión/AFP (2009). Brasil sugiere un pacto de no agresión entre Colombia y Venezuela. [versión electrónica]. Obtenido el 13 de marzo de 2011, de <http://www.globovision.com/news.php?nid=131908>
- Harnecker, M. ed. Taller de Alto Nivel. El Nuevo Mapa Estratégico. Noviembre 2004
- Hofmeister W., Rojas, F., Solís, L. (s.f.) La Percepción de Brasil en el Contexto Internacional. Flacso Secretaría General [versión electrónica] Introducción: Brasil: las visiones de sus vecinos y más allá, pp. 5-13. Obtenido el 11 de marzo de 2011, de http://www.flacso.org/uploads/media/La_Percepcion_de_Brasil_en_el_Contexto_Internacional-Tomo-I.pdf
- Intervenciones del Presidente de la República Hugo Rafael Chávez Frías (2004). *Taller de Alto Nivel. "El Nuevo Mapa Estratégico"*. [versión electrónica]. Obtenido el 11 de marzo de 2011, de www.emancipacion.org/descargas/El_nuevo_mapa_estrategico.pdf
- ¿Líder regional? (2011, abril). *Semana.com*, [versión electrónica]. Obtenido el 14 de marzo de 2011 de, <http://www.semana.com/nacion/lider-regional/155268-3.aspx>
- Le Monde Diplomatique. Oposición de la burguesía brasileña. Versión electrónica. Obtenida el 14 de abril de 2011. <http://www.insumisos.com/diplo/NODE/1683.HTM>
- Malaver, M. (2007). La mala hora de Chávez en Brasil. Webarticulista.net [versión electrónica]. Obtenido el 11 de marzo de 2011, de <http://webarticulista.net.free.fr/mm200728030928+ManuelMalaver+Lula+Chavez+etanol.html>
- Marleny, A. y Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales. (s.f.). La política exterior de Venezuela y su impacto en la región. GLOOBAL [versión electrónica]. Obtenido el 13 de marzo de 2011 de, <http://www.gloobal.net/iepala/gloobal/fichas/ficha.php?entidad=Textos&id=5017&opcion=documento>
- Márquez, P. (2011) Brasil Democrático. Últimas Noticias [versión electrónica]. Obtenido el 11 de marzo de 2011, de <http://www.ultimasnoticias.com.ve/Noticias/Pompeyo-Marquez--Brasil-democratico.aspx>
- Márquez, P. (2009). El Norte de Brasil. Tal Cual [versión electrónica]. Obtenido el 11 de marzo de 2011, de <http://www.guiacom.ve/noti/53116/el-norte-del-brasil-pompeyo-marquez>
- Márquez, P. (2006) Lula y Venezuela. [versión electrónica] Analítica.com. Obtenido el 12 de marzo de 2011, de <http://www.analitica.com/va/politica/opinion/5664703.asp>
- Márquez, P. (2007) Venezuela-Brasil. [versión electrónica] WebArticulista.net. Obtenido el 13 de marzo de 2011, de <http://webarticulista.net.free.fr/pm200724021622+Pompeyo-Marquez.html>

- Michelena, A. (2008) Brasil: Nueva potencia petrolera. Webarticulista.net [versión electrónica]. Obtenido el 11 de marzo de 2011, de <http://webarticulista.net.free.fr/am200827041038+Alfredo-Michelena.html>
- Michelena, A. (2010). El Imperio contraataca. Frentepatriotico.com [versión electrónica]. Obtenido el 11 de marzo de 2011 de, http://www.frentepatriotico.com/inicio/index.php?option=com_content&task=view&id=2481&Itemid=1
- Naím, M. (2010). Dilma y Barack: Una pareja irresistible. Moisesnaim.com [versión electrónica]. Obtenido el 12 de marzo de 2011, de <http://www.moisesnaim.com/node/695>
- Naím, M (2009). El “Eje de Lula” y el “Eje de Hugo”. Informe21.com [versión electrónica]. Obtenido el 13 de marzo de 2011, de <http://informe21.com/blog/moises-naim/eje-lula-y-eje-hugo>
- Naím, M. (2009). Los textos secretos de Lula. Moisesnaim.com [versión electrónica]. Obtenido el 13 de marzo de 2011 de, <http://informe21.com/blog/moises-naim/los-textos-secretos-lula>
- Naím, M. (2010). Lula: lo bueno, lo malo y lo feo. Moisesnaim.com [versión electrónica]. Obtenido el 13 de marzo de 2011, de <http://informe21.com/blog/moises-naim/lula-bueno-malo-feo>
- Naím, M. (2008). Lula versus Chávez. El País [versión electrónica]. Obtenido el 12 de marzo de 2011 de, http://www.elpais.com/articulo/internacional/Lula/versus/Chavez/elpepiint/20080518elpepiint_10/Tes
- Naím, M. (2009). México, no; Brasil, sí. El País [versión electrónica]. Obtenido el 12 de marzo de 2011 de, http://www.elpais.com/articulo/internacional/Mexico/Brasil/elpepiint/20091025elpepiint_10/Tes
- Negrón, M. (2007). Disparates. [versión electrónica]. Gustavoguillenzulia.blogspot.com. Obtenido el 12 de marzo de 2011, de <http://gustavoguillenzulia.blogspot.com/2010/07/disparates-marco-negron.html>
- Ochoa, F. (2011). Brasil, un reto para la América española. Caracas: Manuscrito no publicado.
- Ortiz, R. (2008). Biografía de Chávez. [versión electrónica] Avizora.com. Obtenido el 16 de marzo de 2011 de, http://www.avizora.com/publicaciones/biografias/textos/textos_ch/chavez_hugo_0003.htm
- Otálvora, E. (2008). Brasil contra los planes militares de Chávez. Webarticulista.net [versión electrónica]. Obtenido el 11 de marzo de 2011, de <http://webarticulista.net.free.fr/eco200821041944+Edgar-C-Otalvora.html>

- Otálvora, E. (2010) El Informa Otálvora: “Nuevas sanciones a Irán impactarán en Venezuela”. Noticias 24. [versión electrónica]. Obtenido el 11 de marzo de 2011, de <http://www.noticias24.com/actualidad/noticia/156467/el-informe-otalvora-nuevas-sanciones-a-iran-impactaran-en-venezuela/>
- Otálvora, E. (2008). La Diplomacia militar en Suramérica. Alianzas y rupturas en 2008. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales [versión electrónica]. Obtenido el 11 de marzo de 2011, de <http://www.ildis.org.ve/website/administrador/uploads/DocumentoEdgarotalvoraFinal.pdf>
- Petkoff, T. (2010). La Era de Lula. TalCual [versión electrónica]. Obtenido el 11 de marzo de 2011 de, <http://cubaout.wordpress.com/2010/11/03/la-era-de-lula-segun-petkoff/>
- Petkoff, T. (2010). Pese a gobiernos de izquierda, América Latina sigue siendo pobre. Noticias24 [versión electrónica]. Obtenido el 11 de marzo de 2011, de <http://asmenlinea.blogspot.com/2010/10/teodoro-petkoff-pese-gobiernos-de.html>
- Petrásh, V. (1996, diciembre). Venezuela y MERCOSUR: ¿La “Conquista del Sur”... o el Sur nos Conquista?. Revista Electrónica Bilingüe [versión electrónica], N° 10. Obtenido el 11 de marzo de 2011 de, <http://www.analitica.com/archivo/vam1996.11/pext1.htm>
- República Bolivariana de Venezuela. *Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007*, [versión electrónica], 5.- Equilibrio Internacional, pp. 141-149. Obtenido el 11 de marzo de 2011, de http://portaleducativo.edu.ve/Políticas_edu/planes/documentos/PlanDesarrolloE SN-2001-07.pdf
- República Bolivariana de Venezuela. Presidencia. *Proyecto Nacional Simón Bolívar. Primer Plan Socialista. Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013*, [versión electrónica], VII Nueva Geopolítica Internacional, pp. 40-45. Obtenido el 11 de marzo de 2011, de http://fonacit.gob.ve/locti/documentos/Proyecto_nacional_simon.pdf
- Renée, N. y Rojas, D. (2009). El “negociador” Lula versus el “conflictivo” Chávez. El Mundo [versión electrónica]. Obtenido el 11 de marzo de 2011 de, <http://www.elmundo.es/america/2009/12/25/noticias/1261780625.html>
- Rojas, J. (2010). Brasil labra su impronta mundial. [versión electrónica] Aporrea.com. Obtenido el 13 de marzo de 2011, de <http://www.aporrea.org/internacionales/a101311.html>
- Rojas, J. (2007). Brasil, Venezuela y UNASUR. Analítica.com [versión electrónica]. Obtenido el 12 de marzo de 2011, de <http://www.analitica.com/va/internacionales/opinion/7572812.asp>
- Romero, C. (2010). Las Relaciones entre Brasil y Venezuela ¡Huyendo de la Polarización! Diploos. Política Exterior Venezolana [versión electrónica]. Obtenido el 12 de marzo de 2011, de <http://www.diploos.com/inicio/item/123->

[las-relaciones-entre-brasil-y-venezuela-%C2%A1huyendo-de-la-polarizaci%C3%B3n.html](#)

- Romero, M.T. Política Exterior Venezolana. El proyecto democrático, 1959-1999. Colección de libros de El Nacional, Caracas 2010
- Sánchez, M. (2009). Crisis Hondureña. Poder360 [versión electrónica]. Obtenido el 13 de marzo de 2011 de, http://www.poder360.com/article_detail.php?id_article=2694
- Serbín, A. (s.f.). Multipolaridad, liderazgos e instituciones regionales: Los desafíos de la UNASUR ante la prevención de crisis regionales. Centro de Educación e Investigación para la Paz [versión electrónica]. Obtenido el 14 de marzo de 2011 de, <http://www.ceipaz.org/images/contenido/AndresSerbin.pdf>
- Sierra, M. (2009). El ABC de Diego Arria, diplomática y analista internacional. ABC de la Semana [versión electrónica]. Obtenido el 12 de marzo de 2011, de <http://www.abcdelasemana.com/2009/09/24/el-abc-de-diego-arria-diplomatico-y-analista-internacional/>
- Televen (2009). Milos Alcalay: “Es Brasil quien violó las disposiciones del Derecho Internacional Público al permitir la estadía en su embajada al presidente Manuel Zelaya”. [Versión electrónica]. Obtenido el 11 de marzo de, <http://www.entornointeligente.com/resumen/resumen.php?items=953106>
- Villegas, V. (2010). Brasil: cambio con continuidad. [versión electrónica] Analítica.com. Obtenido el 13 de marzo de 2011 de, <http://www.analitica.com/va/internacionales/opinio>

O AUTOR

Edmundo González Urrutia é internacionalista da Universidad Central de Venezuela, Master of Arts in International Affairs (1981) American University, Washington D.C.. Ele serviu como embaixador da Venezuela em vários países e ocupou cargos importantes na arena diplomática. Autor de diversas publicações. Atualmente é membro do Conselho Editorial de Assuntos Internacionais do jornal El Nacional de Caracas. Diretor fundador do Centro de Análisis Diplomático y Estratégico e consultor internacional.